

Honorários renderam R\$ 57,5 mi a advogados públicos em setembro

02/10/2017

Advogados da União e procuradores que defendem órgãos vinculados ao governo federal arrecadaram R\$ 57,5 milhões com honorários de sucumbência em setembro, após norma de 2016 que garantiu essas verbas aos servidores. O valor corresponde à soma do que foi pago a aproximadamente 12,5 mil membros da AGU, procuradores da Fazenda Nacional, procuradores federais e procuradores do Banco Central.

O levantamento foi feito pela **ConJur** com base em ferramenta anunciada nesta segunda-feira (2/10) pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Até então, esses repasses entravam na conta geral dos pagamentos. Agora, no [Portal da Transparência](#), é possível inclusive consultar quanto cada servidor recebeu em honorários entre maio e setembro — os meses faltantes ainda serão divulgados, segundo a CGU.

Nesses cinco meses, o total arrecadado com a sucumbência foi de R\$ 238,2 milhões. Pesquisas individuais na plataforma indicam que a advogada-geral da União, Grace Mendonça, recebeu R\$ 24,3 mil no período somente em honorários, por exemplo, sem contar a remuneração mensal de R\$ 23 mil.

O procurador-geral da Fazenda Nacional, Fabrício Da Soller, também ganhou R\$ 24,3 mil a mais no contracheque, enquanto o procurador-geral do Banco Central, Cristiano de Oliveira Lopes Cozer, alcançou R\$ 18,4 mil. Os valores não entram na conta do teto constitucional.

Mês	Valor total dos repasses
Maio	R\$ 39.824.650,33
Junho	R\$ 48.631.568,80
Julho	R\$ 47.136.296,50
Agosto	R\$ 45.107.317,24
Setembro	R\$ 57.518.177,31

O repasse das verbas foi autorizado pela [Lei 13.327/2016](#), sancionada há mais de um ano. Antes, quando a União saía vencedora de causas judiciais, arrecadava para si os recursos pagos pela parte contrária. [Com o texto](#), os honorários sucumbenciais são encaminhados a um fundo e devem ser divididos de acordo com o tempo de serviço dos advogados públicos.

A norma estabelece distribuição em cotas-parte: servidores ativos recebem 50% de suas cotas depois de um ano de atividade. Esse valor aumenta 25 pontos percentuais a cada dois anos. Já inativos têm direito a 100% de suas cotas durante o primeiro ano de aposentadoria, mas o percentual vai sendo reduzido progressivamente.

Toda a gestão das verbas fica sob responsabilidade do Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União.

Passo a passo

Interessados em fazer a consulta no Portal da Transparência podem procurar informações por [nome do servidor, órgão de lotação e função](#). Já o valor total dos [pagamentos a servidores federais \(civis e militares\)](#), incluindo honorários e outras verbas, está disponível no campo “Download de Dados”, por mês.

A publicação dos honorários de sucumbência foi anunciada depois de várias reuniões da CGU com a AGU e o CCHA. Desde abril, o Portal da Transparência divulgava valores gerais, com a inclusão das ordens bancárias extraorçamentárias.

A falta de dados claros fez o Ministério Público Federal em Goiás [expedir recomendação, em junho](#), para que as informações fossem divulgadas.

Segundo a secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção, Claudia Taya, “a divulgação desses pagamentos está em consonância com as normas de transparência e acesso à informação vigentes no governo federal, servindo de instrumento para que a sociedade fiscalize e acompanhe a gestão pública”. *Com informações da Assessoria de Imprensa da CGU.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2017-out-02/honorarios-renderam-575-mi-advogados-publicos-setembro/>